

# O Evangelho e nossa unidade

**Conferência proferida no V Congresso Luterano Latino-Americano em Buenos Aires nos dias 1.º a 5 de agosto de 1971**

**Harding Meyer**

Os “Congressos Luteranos Latino-americanos” não são acontecimentos independentes e isolados. Seus temas e suas perguntas se interrelacionam e mostram uma clara continuidade. Quero, por isso, tratar o presente tema, a mim proposto, tendo em vista aquilo que foi dito, sobre a situação e a tarefa ecumênicas do Luteranismo, no último congresso em Lima. Assim, espero dar às minhas considerações uma ligação concreta ao contexto daqui e seus problemas.

Tenho especialmente na lembrança três fatos, e talvez aqueles que estiveram em Lima, também dêles se recordem. Eles me servirão de causa e ponto de partida para o que pretendo dizer. Inicialmente refiro-me ao pensamento do “fim da era confessional”, fortemente destacado pelo Prof. Trilhaas em sua palestra sobre “A responsabilidade ecumênica da Reforma”. Ele não quis dizer com isso que hoje não existem mais formas confessionais do cristianismo, ou que elas tenham perdido a sua razão de existência. Ele quis, em verdade, expressar que igrejas confessionais, auto-satisfeitas consigo mesmas, isoladas e acusadoras em relação às outras, como as conhecemos a partir da Reforma, pertencem ao passado. “Os dias da porta cerrada são terminados!” Estas considerações devem ser aprofundadas. O pensamento ecumênico recebeu nos últimos anos novos impulsos e aspectos. Este é o primeiro conjunto de interrogações que nós nos devemos formular.

O segundo fato que claramente me recorde de Lima é o relatório informal do Dr. Paul Empie, Secretário Geral do Comitê Norte-americano da Federação Luterana Mundial, em que ele relatou o primeiro encontro oficial entre católicos e luteranos norte-americanos, que se realizara poucos dias antes. Desde aí aconteceu, no setor dos diálogos inter-confessionais, muita coisa nova, não somente na América do Norte e não só em relação à Igreja Católica. Que significam estes vários diálogos bilaterais entre igrejas luteranas e não luteranas para a nossa situação atual e nossas futuras tarefas? Que influência possuem eles sobre os nossos esforços para uma unidade inter-luterana? Este é o segundo conjunto de interrogações da minha palestra.

Por último — e creio que com êste assunto certamente ainda nos ocuparemos em outras situações neste congresso — penso na resolução de Lima para a criação de um “Conselho Luterano Latino-americano”. Todos nós sabemos que êste plano não se realizou, que até progressivamente parece estar se formando a opinião de que êste “Conselho Luterano Latino-americano” nem deva ser formado, pois parece ser mais prometedor procurar, inicialmente, em plano regional ou nacional, o trabalho comum e a união do luteranismo latino-americano. Eu não tratarei aqui desta questão particular de uma forma direta, mas a tomarei como ponto de partida para uma curta apreciação sôbre a relação existente entre os esforços de unidade no plano internacional de um lado e regional, ou seja nacional do outro — pergunta esta hoje aceita como muito necessária por todos. Com isto chegamos ao terceiro e último conjunto de interrogações com que me ocuparei.

## **I. Novos impulsos e aspectos no pensamento ecumênico hoje**

A conferência de Lima realizou-se numa época em que o conceito do “diálogo” transformara-se como que numa palavra-chave, num ecumênico “abre-te, Sésamo!” Periódicos e artigos, que se valliam dêste conceito ou que o tinham por assunto, surgiram como a grama depois da chuva. A palavra estava na bôca de todos. Falava-se até do “milagre do diálogo”.

Neste meio tempo formou-se um claro desapontamento. Começou-se a ironizar o conceito. Alguns imaginaram, mesmo, poder diagnosticar uma generalizada “Dialogitis” como doença da moda atual. Visser't Hooft, por exemplo, externou a sarcástica suposição que o burrico de Buridan já tenha morrido na atitude do diálogo, ou seja, por “subnutrição, causada por aguda e obstinada abertura!”

Certamente não se quis com isso recusar o diálogo, ou taxá-lo de inútil. Viu-se, porém, o perigo do diálogo tornar-se absolutista, de modo que fôsse o final de todos os caminhos ecumênicos. Em contraposição a isso supunha-se necessário acentuar que o diálogo tenha que transcender a si mesmo e desembocar em decisões concretas. Não se trata sômente de um encontro fraternal dos cristãos e das igrejas, de um afastamento de mal-entendidos, de um mútuo enriquecimento ou estabelecimento de pontos teológicos comuns. Nós não podemos dialogar infinitamente e usar errôneamente o diálogo sem comprometimento, como um alibi ecumênico. Nós precisamos nos decidir e realizar algo. O encontro fraterno, as bonitas declarações de unidade e as polidas teses de pontos de vista teológicos comuns precisam ser transformados em viva comunhão eclesiástica, em decisões e passos concretos no caminho rumo à unidade. Nisto reside a pedra de toque para a autenticidade do diálogo. Êste forte impulso do diálogo para a comunhão é certamente um dos novos aspectos no pensamento ecumênico dos últimos anos.

O outro aspecto nôvo, que aqui quero citar, está estreitamente relacionado com o primeiro, mas o transcende de muito. Trata-se de uma generalizada crítica ao ecumenismo tradicional, em parte até sob forma muito radical. Afirma-se que o esforço para a formação de uma unidade tenha conduzido a Igreja a se ocupar consigo mesma, com seus problemas internos, com suas próprias discórdias e necessidades. Que êste esforço passou para a condição de um assunto eclesiástico introvertido e por isso irrelevante. Faz-se daí necessário dar uma nova orientação ao trabalho ecumênico: não à própria Igreja como tal, mas à sua missão e serviço que ela tem a cumprir no mundo.

Esta maneira de entender o dever ecumênico, não é certamente algo de nôvo. É conhecido que o movimento ecumênico começou com semelhante concepção. Procurava-se a unidade para que se pudesse melhor preencher a tarefa missionária e social da Igreja. No ulterior desenvolvimento do movimento ecumênico também não se esqueceu êste fato, bem como foi êle sempre de novo destacado. Mas é claramente perceptível como esta motivação original, gradativamente, cedeu lugar a uma concepção de unidade que estava primariamente interessada nas relações das igrejas entre si. A conhecida diretriz ecumênica de que o importante é tornar visível e manifesta a essencial unidade da Igreja, dada a ela por Deus, é segundo a minha opinião, uma expressão dêste estreitamento eclesiástico em relação ao pensamento ecumênico.

Considero inútil e sem proveito, querer em princípio decidir qual é a concepção falsa ou correta de ecumenismo: se é aquela que se orienta fundamentalmente pela "essência" ou aquela que considera a "missão" como ponto central. A resposta depende demais da situação histórica em que se realizam nosso pensamento e juízo teológicos. É evidente que no clima teológico da década de 30 até além da metade do nosso século (redescoberta da Igreja como um fator integrante da mensagem cristã, influência da teologia dialética) tenha dominado uma forte interpretação teológica e eclesiológica de unidade, e parecido ser a certa. Do mesmo modo é evidente que hoje, devido à modificação sofrida pelo campo teológico nos últimos 10 anos (consciência da solidariedade da Igreja com o mundo, enfraquecimento do interesse eclesiológico, destaque da situação missionária e de diáspora, desejo da presença da Igreja no campo social-político), somente um ecumenismo orientado para a tarefa missionária e social da Igreja convence, e é aceito como válido.

Sou de opinião que se deve tomar conhecimento "sine ira et studio" desta certa relatividade quanto à concepção do trabalho ecumênico. Isto não significa que estamos deixando conduzir-nos simplesmente pelas idéias da época, mas que reconhecemos os sinais dos tempos e, como uma igreja peregrinante, enfrentamos os problemas do momento e histórico-locais.

Também o Nôvo Testamento não nos obriga a escolher um radical êste ou aquêle entre estas duas concepções. Parece-me claro que João, por exemplo, fala a favor de um ecumenismo substan-

cialmente "eclesiástico". Ele apresenta a unidade como uma característica essencial da Igreja. Ela é o reflexo terreno da unidade celestial entre Pai e Filho (João 17, 21ss). Certamente está ela também a serviço da missão (João 17, 18), mas esta missão não compreende em realidade o mundo, mas se refere à reunião dos filhos de Deus dispersos pelo mundo (João 11, 52). Por outro lado temos Paulo com o seu conceito do corpo de Cristo o qual representa para o pensamento ecumênico uma das mais importantes diretrizes. Uma nova exegese, se bem que não incontestada, tentou demonstrar que Paulo emprega este conceito não como uma afirmação em relação à "essência", mas em relação à "função" da Igreja. A comunidade, sendo o corpo de Cristo, é o local onde Cristo, através dos membros do seu corpo, quer partir para o mundo, buscá-lo e servi-lo. Ela é o local de onde se difunde, em tôdas as direções e constantemente, a graça de Cristo, através do conjunto e da colaboração mútua dos seus membros, que são os instrumentos desta graça que, por meio da sua abundância de carismas, não deixa nenhum lugar ou época sem a sua promessa.

Penso que esta interpretação de Paulo da Igreja e da sua unidade, que se orienta primariamente por envio e missão, possui para nós hoje uma mais imediata evidência do que a exposição de João, e deixo aqui de lado a interrogação até que ponto estas duas interpretações se relacionam e não se excluem. É evidente que a interpretação de Paulo é a escolha certa para a presente hora, e nós deveríamos decididos abraçá-la. Que esta é a opinião geral demonstram os representativos pareceres sôbre unidade que têm surgido nos últimos anos, para os quais quero chamar a atenção, apesar de não poder me ocupar detalhadamente com êles. Refiro-me ao relatório da seção I de Uppsala ("O Espírito Santo e a Catholicidade da Igreja"), ao relatório da última conferência de Lambeth ("A Renovação da Igreja na sua Unidade") e sobretudo ao documento de estudos da Federação Luterana Mundial com o provocante e programático título "Mais do que Unidade das Igrejas".

A pergunta que a esta altura temos a fazer é: que significam êstes novos ou redescobertos aspectos do pensamento ecumênico — de um lado a insistência numa comunhão vivida, de outro lado a orientação em relação à missão e tarefa da Igreja — para a realização prática dos nossos esforços ecumênicos? Eu quero destacar especialmente quatro pontos:

1) Nós devemos abandonar a opinião de que um completo consenso teológico seja pura e simplesmente a necessária condição prévia para uma comunhão entre as Igrejas. Certamente é importante que o acôrdo teológico e a comunhão andem de mãos dadas, e que tôda comunhão cristã seja uma comunhão sob o signo da verdade. Mas nós nos devemos abster da posição perfeccionista do "tudo ou nada". Existem vários graus do consenso teológico, aos quais devem corresponder vários graus da comunhão vivida. Por isso, mais do que até agora tem sido o caso, precisamos procurar relevantes graus intermediários de comunhão eclesiástica, que correspondam aos vários graus do acôrdo teológico. Só quando

tivermos atingido êste objetivo, poderemos alcançar aquêlo tipo de intercâmbio entre acôrdo teológico e comunhão vivida que especialmente nós, luteranos, temos, em geral, tão soberanamente desprezado, através do nosso “princípio de uma única via”: primeiro acôrdo teológico, e só então comunhão eclesiástica. O documento de estudos da Federação Luterana Mundial acentua com razão: “Não pode passar despercebido que uma comunhão eclesiástica vivida é condição e instrumento para a superação de diferenças e contrastes (teológicos)” (§ 41). De uma maneira semelhante o formula o relatório de uma consulta da Federação Luterana Mundial sôbre unidade luterana, de dezembro de 1969: “Ambos, o entendimento quanto à confissão e à doutrina e a procura de formas de comunhão já agora vividas, formam um todo. Uma confissão comum e uma doutrina comum não são exclusivamente consequência de uma comunhão já anteriormente vivida, e vice-versa a comunhão vivida não é unicamente consequência de um consenso doutrinário já alcançado. Ambos aspectos devem crescer juntos e se aprofundar reciprocamente” (§ 11).

2) A orientação quanto à missão e tarefa da Igreja nos proíbe uma atitude retrospectiva em nossos esforços para a unidade. Reconhece-se certamente que teria pouco sentido procurar nos dias atuais a unidade do cristianismo, por exemplo, sôbre uma base como a do “Consensus quinquasecularis”, ou seja, sôbre a confissão dos primeiros 5 séculos, porque um semelhante acôrdo teológico não poderia simplesmente orientar a atual mensagem e a atual tarefa da Igreja no mundo. O mesmo também é válido retrospectivamente para qualquer outra época do passado. A superação de divergências doutrinárias oriundas do passado ou a obtenção de um acôrdo teológico baseado em antigas afirmações de confissão tenha talvez algum efeito “desbloqueador” para nossos esforços de unidade. Mas é extremamente duvidoso se através disso pode-se estabelecer realmente uma comunhão de serviço e de missão. Por esta razão acentua o documento de estudos da Federação Luterana Mundial: deve-se “evitar uma posição que seja sômente retrospectiva e doutrinária, a qual se concentre primariamente na superação das diferenças doutrinárias oriundas do passado e tire ao diálogo a sua direta função orientadora quanto à tarefa de pregação da Igreja” (§ 47). Aquilo que é necessário é expresso no relatório da consulta sôbre unidade luterana da seguinte forma: “trata-se de em comum explicar e formular de maneira nova o evangelho em relação à atual situação do testemunho” (§ 10).

Neste aspecto deveria residir o pêso de todos os diálogos doutrinários entre as igrejas.

3) A forte orientação do pensamento ecumênico quanto à missão da Igreja no mundo reforça e aprofunda a opinião da necessidade de ser o serviço cristão múltiplo e diversificado; pois um mundo de várias estruturas só pode ser atingido por um serviço diversificado. Isto ficou claro em Uppsala, com a afirmação de que “a variedade pode ser uma distorção da catolicidade, mas freqüentemente é ela uma verdadeira expressão da vocação apostólica da

Igreja ... Através de uma semelhante variedade ... o espírito nos conduz ao caminho de uma extensa missão católica e um serviço adequado a ela" (§§ 12 e 13). Poder-se-ia talvez dizer de uma forma exagerada e provocante que em nossos esforços de unidade não se deve tentar superar as diferenças, mas fomentar e procurar as autênticas diferenças. Isso certamente não se deve interpretar de modo que se deva antes de tudo conservar e cultivar a variedade de tradições confessionais já existentes. Pode perfeitamente ser que uma tradição católico-romana, reformadora, ortodoxa ou anglicana quanto à concepção do evangelho ainda hoje possua valor funcional para a missão da Igreja. A exigência por variedade, porém, ultrapassa este aspecto. É uma exigência por uma nova variedade que corresponda à tarefa de pregação para o mundo multiforme de hoje. E dentro desta nova variedade encontrará também a variedade tradicional seu lugar adequado.

4) A forte orientação do pensamento ecumênico em relação à tarefa e missão implica finalmente numa nova avaliação e num conceito novo de cooperação cristã e eclesiástica. Até hoje, em geral, parece imperar a opinião que cooperação eclesiástica seja pura e simplesmente um primeiro passo e um meio para uma unidade eclesiástica e tenha a função de propedêutica ecumênica. A colaboração, vista sob um pensamento ecumênico, que se orienta pelo primado da missão e da tarefa, deveria em verdade ser o objetivo e a pedra de toque de nossos esforços ecumênicos.

A causa para este desprezo da colaboração eclesiástica está no fato de que se dissociou de uma maneira estranha a colaboração, de um lado, e consenso teológico, ou seja, acôrdo na fé, de outro lado. Supunha-se que a colaboração fôsse teologicamente de certo modo neutra e pudesse existir mesmo sem um acôrdo na fé. Em verdade, porém, estão ambas em estreita relação: uma ação comum, seja na missão, na evangelização, na formação teológica, na publicidade eclesiástica ou no trabalho social, é somente possível e tem sentido, e vem a ser realmente uma ação comum, se também em comum estiver determinado o que deve ser pregado, ensinado, comunicado e praticado. Vice-versa, um acôrdo teológico e eclesiológico é somente relevante e certo quando êle está em condição de permitir e provocar uma ação comum. Esta estreita relação entre acôrdo teológico e cooperação, em que um não pode existir sem o outro, deve ser hoje observada e procurada.

A esta altura chego ao meu segundo capítulo:

## **II. Aproximações ecumênicas e a questão da unidade luterana**

Alcançou-se, desde o encontro de Lima, um considerável número de diálogos bilaterais, oficiais e semi-oficiais, de igrejas luteranas com outras denominações (católica, anglicana, reformada e ortodoxa), tanto em base regional ou nacional como internacional-universal. Os resultados são plenamente encorajadores e até mesmo sensacionais. Assim, por exemplo, os diálogos norte-ameri-

canos e europeus com a Igreja Reformada demonstraram que as diferenças no pensamento teológico hoje não mais possuem um caráter de divisão eclesiástica. Também os encontros entre luteranos e católicos nos Estados Unidos da América do Norte e em nível mundial apresentaram resultados que merecem atenção: a doutrina da justificação parece hoje não representar mais um problema de divisão e também na interpretação da santa ceia, da palavra de Deus e do ministério eclesiástico, mostra-se uma prometedora convergência.

Estes aspectos demonstram, como já mencionei anteriormente, que estes diálogos insistem na realização da comunhão eclesiástica. Com isso eles ultrapassam o seu objetivo original, a saber: superação de divergências doutrinárias, esclarecimento de mal-entendidos, afastamento de pontos de atrito, etc. Na Europa elabora-se presentemente uma "concordia" que permita o estabelecimento da comunhão eclesiástica entre tôdas as igrejas luteranas, reformadas e unidas européias, e que deverá ser apresentada para ratificação no próximo ano ou no seguinte. É lógico que os diálogos com os anglicanos e os católicos não evoluíram ainda até este ponto, mas também eles objetivam a intercomunhão e o reconhecimento mútuo do ministério eclesiástico e com isso, também, o estabelecimento de uma comunhão de púlpito e de santa ceia.

A pergunta que para nós surge é, primeiramente, como podem os diálogos, que se realizam ou se realizaram nos Estados Unidos da América do Norte, na Europa ou em nível mundial, influir mais fortemente na situação latino-americana ou mesmo servir de modelos ou de "diálogos representativos". Naturalmente apresentam-se os problemas da América Latina e dos diversos países latino-americanos de um modo próprio. Por isso, por exemplo, o diálogo europeu entre luteranos e reformados ou o diálogo entre católicos e luteranos em nível mundial não podem simplesmente substituir os diálogos na América Latina. Mas mesmo assim, há questões fundamentais que são as mesmas em todos os lugares e que poderiam através de semelhantes diálogos representativos, ser esclarecidas também para outras regiões. Os diálogos não precisariam, então, em cada país, iniciar do ponto zero. Eles poderiam basear-se naqueles diálogos representativos, aceitar seus resultados ou modificá-los no que parecesse necessário, e além disso dedicar-se ao estudo das questões específicas da situação local. Parece-me que estamos aqui diante de uma pergunta que deveria ser analisada profundamente neste congresso.

Essas aproximações ecumênicas, contudo, tão satisfatórias quanto pareçam ser, problematizam a unidade luterana. Devemos com bom-senso nos ocupar com este fato. A consulta sobre unidade luterana, que já citei várias vezes, formula a diretriz correta: "a questão da unidade das igrejas luteranas não pode ser resolvida através da auto-limitação e do isolamento, mas somente no contexto das igrejas não-luteranas vizinhas e do ecumenismo" (§ 15). Mas como é realizável na prática este princípio? Não acontecerá que um acôrdo e uma comunhão eclesiástica entre luteranos

e reformados traga o afastamento de grupos luteranos ou provoque o endurecimento de tensões e separações luteranas internas? Não seria de se esperar também algo semelhante em relação a tôdas as outras aproximações concebíveis ou iminentes entre igrejas luteranas e não luteranas?

Estamos aqui diante de um problema ecumênico de primeira grandeza, que se apresenta em todos os lugares onde encontros e diálogos ecumênicos atingiram a fase de decisões concretas e compromissivas. É o fenômeno que através de novas realizações de unidade podem surgir novas separações. O caminho ecumênico, evidentemente, não é um processo contínuo e nem um crescer constante da unidade. Este caminho parece destinado a atravessar rupturas e separações. As uniões do século XIX na Alemanha, a formação da Igreja no Sul da Índia ou a unificação das duas igrejas luteranas da Austrália, realizada há poucos anos, são somente alguns exemplos dêste fato. Nós não devemos atenuar este problema, afirmando que uma comunhão de púlpito e de santa ceia com a Igreja Reformada ou Anglicana manterá intacta a identidade luterana. Quando duas igrejas, que até aqui se consideravam separadas, superam esta separação parcial ou totalmente, então não são mais aquilo que eram antes. Mesmo que não tenham elas chegado ainda a uma fusão, e com isso a uma identidade completamente nova, estas igrejas possuem uma concepção própria diferente e, desta maneira, uma identidade diferente. Este problema, há pouco descrito, é inevitável onde um sincero diálogo é realizado, e onde seriamente se trabalha na superação das desuniões eclesiásticas.

Que se deve, então, fazer?

A resposta é extraordinariamente difícil, e eu não posso propor aqui uma clara solução. Mas estou convencido de que, na presente situação, deveriam ser evitadas duas soluções extremas. O primeiro extremo seria o emprêgo daquilo que pretendo chamar de "princípio do comboio": não se faz nenhum avanço ecumênico, que encerre compromisso, sem que as igrejas e grupos luteranos, conhecidos como os mais lentos em suas decisões, não possam acompanhá-lo. A necessidade do trabalho ecumênico e o fato de que não existe um luteranismo monolítico, tanto em relação à teologia como em relação às estruturas eclesiásticas, nos impedem esta solução. O segundo extremo seria não se ocupar mais com a comunhão entre as igrejas luteranas e declarar esta idéia obsoleta.

Que possibilidades de solução existem entre êstes dois extremos?

Falou-se em Lima, com relação, à tarefa ecumênica do luteranismo, que um diálogo triplíce deveria ser realizado: o diálogo com o catolicismo, o diálogo com as igrejas protestantes e o "diálogo interluterano". Dos três deveria se considerar o último, ou seja, o "diálogo interluterano" como "ponto de partida e base para qualquer outro diálogo". Como se deve compreender esta posição? Se isso significar que o diálogo luterano interno é a tarefa ecumênica de fato mais próxima, que as possibilidades de entendimento num tal diálogo são particularmente grandes e que o diálogo com igrejas não luteranas não deve deixar de lado a comunhão interlute-

rana total, então é certamente uma diretriz sadia que deveria ser seguida, até onde fôsse possível. Se desta posição, porém, fôr feito o rígido princípio de que a unidade luterana é condição prévia para todos os esforços e concretizações futuros de unidade, então tomaria ela o mesmo rumo do "princípio do comboio", que citei há pouco, e poderia bloquear de maneira radical o engajamento ecumênico do luteranismo. Por esta razão advertiria com insistência que não servisse como princípio algo semelhante tanto no plano regional como no plano universal. Poderia no máximo atuar como uma diretriz provisória de trabalho, que deveria ser revista onde falhasse.

Deve-se observar cuidadosamente o que está acontecendo na Austrália. Conseguirá a Igreja Luterana na Austrália (LCA) oriunda de duas igrejas luteranas antes separadas, após o seu processo de consolidação, reatar as relações, momentaneamente rompidas, com as outras igrejas luteranas do mundo e com a Federação Luterana Mundial, e além disso dedicar-se também à extensa tarefa ecumênica?

Eu pessoalmente advogo uma estratégia mais flexível. Parece-me duvidoso que seja possível escolher-se seu interlocutor ecumênico segundo um critério de proximidade teológica ou histórica. Segundo a minha opinião é mais decisiva a situação concreta, por assim dizer a proximidade espacial.

Nossos interlocutores ecumênicos são sobretudo aqueles com quem nos encontramos cotidianamente, aqueles com quem disputamos permanentemente, aqueles de quem não nos podemos distanciar e aqueles que, como nós, enfrentam os mesmos problemas de um determinado tempo e de um local definido. Com tôdas essas igrejas deveremos procurar comunhão. A questão da comunhão das igrejas luteranas deveria, nessa ocasião, ser uma permanente preocupação, mas não uma lei, que nos impeça de praticar o ecumênicamente urgente e necessário.

Chego assim à última parte da minha palestra, que quero fazer o mais curto possível.

### **III. A questão da comunhão eclesiástica regional e universal**

Eu já acentuei que uma orientação dos nossos pensamentos e ação ecumênicos quanto à missão e à tarefa da Igreja no mundo demonstra a necessidade da variedade teológica e eclesiástica. Testemunho cristão e tarefa cristã não se realizam nunca no abstrato ou no genérico, mas sempre em um contexto concreto, ou seja, em definidas situações históricas, geográficas e culturais, em relação a um determinado grupo de ouvintes e face a problemas sociais e políticos específicos. É inevitável, bem como necessário, que êste contexto concreto determine a forma do nosso testemunho e a maneira de ser da nossa ação político-social, se queremos com o nosso testemunho e a nossa tarefa atingir realmente o mundo em sua multiplicidade. Já o Nôvo Testamento evidencia êste fato, ao apresentar o testemunho do cristianismo primitivo sob a forma de uma

admirável multiplicidade, que é determinada essencialmente pela situação de testemunho da época (judaísmo, helenismo, primeira geração, segunda geração).

Visto sob êste aspecto é evidente, que queremos realizar antes de tudo a comunhão eclesiástica onde cristãos e igrejas vivem na mesma situação, ou seja, em um determinado país, em uma determinada região, em um determinado contexto político ou cultural. Na assembléia geral do Conselho Ecumênico em Nova Delhi, em 1961, formulou-se, neste sentido, o princípio da unidade “de todos os cristãos em cada local”. A consulta sôbre unidade luterana de 1969, argumentara de maneira semelhante e fixara o seguinte: “A atual situação de testemunho é para ser considerada como um fator determinante para a comunhão das igrejas de Confissão Luterana” (§ 6).

Os nossos esforços ecumênicos não deveriam, portanto, de antemão guiar-se sômente por objetivos de unidade de âmbito total (unidade dos cristãos de um continente ou mesmo do mundo todo), mas ater-se, se assim posso formulá-lo, ao objetivo da “unidade melhor possível”, isto é, de uma unidade que possa realmente ser vivida em um testemunho comum e uma tarefa comum, e a qual, através de uma exagerada extensão, não paralise o testemunho e o serviço dentro de uma situação concreta.

Não se pode acentuar e praticar suficientemente êste fato, pressuposto que, como disse certa vez Pascal, “nos recordemos da verdade contrária”. O cristianismo penetra nas diversas situações, mas não é absorvido por elas. Ele não se incorpora numa cultura, numa raça, numa língua, num povo ou num espaço geográfico, de modo que as fronteiras culturais, raciais, lingüísticas, étnicas ou geográficas sejam equivalentes às suas próprias fronteiras ou, o que seria pior, que essas fronteiras e divisões que existem no mundo fôssem aprovadas e aprofundadas pelos cristãos, como infelizmente aconteceu sempre de nôvo em passado próximo e remoto. Por isso devemos procurar fazer justiça a êstes dois aspectos: ao caráter particular e ao caráter universal da fé cristã e do testemunho cristão. Ambos estão estreitamente relacionados: precisamente porque o evangelho é válido para tôdas as culturas, raças, nações e épocas, êle se apresenta sob múltiplas formas culturais, históricas, étnicas e geográficas.

Também em uma regionalização, plenamente justificada e necessária, dos nossos esforços de unidade, deverá se observar esta posição. Por isso a assembléia geral do Conselho Ecumênico, realizada em Uppsala, complementou o princípio de Nova Delhi, que de uma certa maneira parcial acentuava “a unidade de todos os cristãos em cada local”, com a conjunta insistência na comunhão universal “de todos os cristãos em todos os locais”. Também a consulta sôbre unidade luterana chamou a atenção para êste aspecto e perguntou como a “comunhão universal das igrejas luteranas”, que ultrapassa os limites dos países e dos povos, “pode ser preservada de maneira correta” quando se realiza a comunhão luterana dentro de situações de testemunho particulares (§ 12).

Não se deveria precipitadamente passar por cima desta questão. A universalidade do cristianismo, e também a ampla comunhão das diversas igrejas luteranas no mundo, não pode permanecer uma afirmação vazia e uma idéia imaterial. Deve-se trabalhar e batalhar por ela. Ela precisa ser cultivada e protegida. Ela precisa encontrar uma forma de manifestação e talvez também um local, onde se possa de modo especial trabalhar por ela. Pois se êste esforço para a dimensão universal da fé e da comunhão cristãs, significando uma dimensão que ultrapassa e cruza os seculares limites de separação no mundo, fôr descuidado, poderia nos acontecer que deixássemos para trás as separações confessionais da cristandade, mas que substituíssemos essas por separações nacionais, regionais, raciais e culturais, as quais seriam mais mortais talvez para a tarefa de reconciliação da Igreja no mundo do que tôdas as divergências confessionais.

Minha pergunta íntima, a esta altura, é até onde o "Conselho Luterano Latino-americano", proposto em Lima, teria tido ou poderia ter uma função legítima neste ambiente de necessidades. Se fôsse êsse o caso, então poderia talvez ser de bom senso não riscar simplesmente esta resolução sem um substituto apropriado.